

A ATIVIDADES INTERNACIONAIS SE AJUSTAM AOS TEMPOS E A AINT TEM NOVA TITULAR

A nona edição do boletim **CGU Internacional** apresenta um panorama de aumento das atividades internacionais em formato virtual, notadamente aquelas de caráter educativo, como conferências, webinários e oficinas realizados nos meses de agosto e setembro de 2020. Observa-se que o período também foi movimentado nos foros internacionais dos quais a Controladoria-Geral da União (CGU) participa. A comunidade internacional efetivamente se ajusta aos tempos de restrição de encontros presenciais trazidos pela Covid-19, de modo a conferir continuidade aos debates de temas importantes nos foros, ao andamento das avaliações de cumprimento das convenções e às parcerias internacionais.

O período também registrou mudanças na Assessoria Especial para Assuntos Internacionais (Aint). A servidora Camila Colares se despediu da CGU para realizar período de capacitação e sua então substituta, a auditora Elizabeth Cosmo, assumiu a Chefia da Assessoria. A equipe da Aint agradece o profissionalismo e o trabalho realizado por Camila Colares e deseja todo sucesso à Beth, que se dedica a acordos, foros e cooperação internacional desde 2012, quando ingressou nos quadros da CGU.

As notícias desta edição foram fruto das contribuições dos participantes da CGU nos eventos internacionais dos últimos dois meses. A Aint permanece à disposição para receber sugestões, críticas e textos para o boletim por meio do e-mail assessoria.internacional@cgu.gov.br.

NOTÍCIAS

CGU E OCDE ESTABELECEM PARCERIA PARA O FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS DE INTEGRIDADE E DE GOVERNO ABERTO



Registro do evento, com a presença de autoridades da CGU, da Casa Civil e da OCDE

Em 2 de setembro de 2020, o ministro Wagner Rosário abriu o evento que marcou o início de trabalhos conjuntos entre a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para a realização de avaliação da política de governo aberto do Brasil e de estudos sobre a política de integridade do Governo Federal.

O encontro virtual contou com a presença de Jeffrey Schlagenhaut, secretário-geral adjunto da OCDE, do ministro da Casa Civil, Walter

Braga Netto, do secretário-executivo da CGU, José Marcelo Castro de Carvalho, e da secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção da CGU, Claudia Taya.

O ministro da CGU reconheceu a importância da parceria com a OCDE para que o Brasil possa avançar na busca de um governo cada vez mais aberto e destacou a atuação brasileira na Rede de Governos Abertos e Inovadores na América Latina e no Caribe da OCDE. Rosário também discorreu sobre o trabalho da Controladoria na coordenação da estruturação, execução e monitoramento de programas de integridade em órgãos e entidades do Governo Federal, ressaltando a meta de se chegar a 1º de dezembro deste ano com 100% dos respectivos planos de integridade já aprovados.

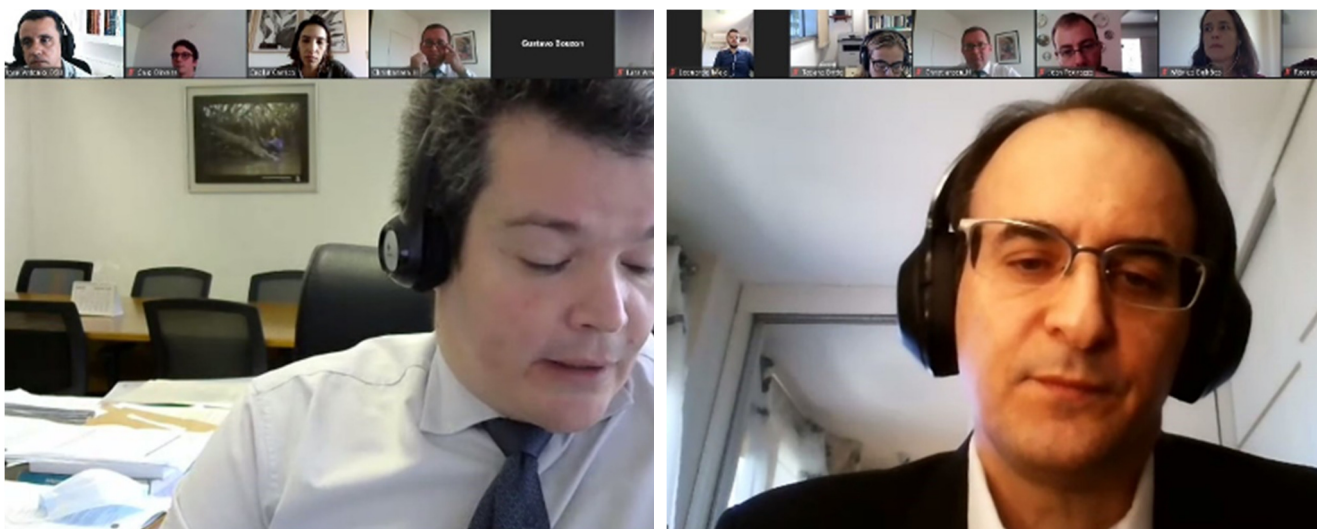
O secretário-geral adjunto da OCDE, Jeffrey Schlagenhauf, destacou que a parceria entre as duas instituições no âmbito da integridade e do governo aberto marcam a continuidade da cooperação firmada entre a CGU e a OCDE há mais tempo, afirmando que o Brasil é atualmente um dos maiores parceiros da Organização.

AVALIAÇÃO DE ESTATAIS É TEMA DE REUNIÃO ENTRE A CGU E A OCDE

A Controladoria-Geral da União (CGU) participou, em 8 de setembro de 2020, de encontro virtual com representantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e servidores do Ministério da Economia para abordar a avaliação de estatais e processo de desestatização. O tema é tratado no âmbito da Revisão por Pares (*Peer Review*) que tem como objetivo avaliar a aderência do Brasil às Diretrizes de Governança Corporativa da OCDE para Empresas Estatais.

A equipe responsável pelo *Peer Review* agradeceu o envio de informações pela CGU durante a avaliação e fez questionamentos sobre a atuação da Controladoria no processo de desestatização brasileiro. A CGU apresentou as duas estratégias de acompanhamento da questão, que abordam a avaliação específica de uma empresa estatal com levantamento de riscos e cenários em relação a privatização ou liquidação, e a avaliação do processo conduzido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para modelagem dos processos de desestatização.

A CGU foi representada pelo secretário Federal de Controle Interno, Antônio Carlos Leonel; o secretário adjunto, Gustavo Chaves, e auditores da Diretoria de Estatais (DAE/SFC), acompanhados pela Assessoria Especial para Assuntos Internacionais.



O secretário Leonel e o secretário adjunto Gustavo Chaves marcam presença na reunião com a OCDE sobre avaliação das estatais

AÇÕES DA CGU NO DIA INTERNACIONAL DO ACESSO UNIVERSAL À INFORMAÇÃO

Em 2019, a 74ª Assembleia Geral da ONU proclamou o dia 28 de setembro como o Dia Internacional do Acesso Universal à Informação. A decisão foi fundamentada no reconhecimento da importância do direito de acesso à informação para garantir a democracia, o direito de participação social e de muitos outros direitos para toda a comunidade internacional. Antes mesmo desta decisão, em 2002, na cidade de Sófia, na Bulgária, organizações

mundiais que trabalham com liberdade de informação já celebravam a importância da data, que então era reconhecida como o Dia Internacional do Direito ao Saber.

Em 2020, a Controladoria-Geral da União (CGU) se uniu à campanha regional da Rede de Transparência e Acesso à Informação (RTA) e promoveu ações de sensibilização da sociedade sobre “*O direito de acesso à informação como ferramenta fundamental para proteger a sua saúde e a economia*”. Ao longo da semana de 28 de setembro, a CGU divulgou, nas redes sociais do órgão, iniciativas desenvolvidas no contexto do enfrentamento da pandemia do coronavírus pela Controladoria e pelos demais órgãos do governo federal. Também foram veiculadas informações sobre a Lei de Acesso à Informação (LAI) e sobre o Portal de Acesso à Informação (www.gov.br/acessoainformacao).

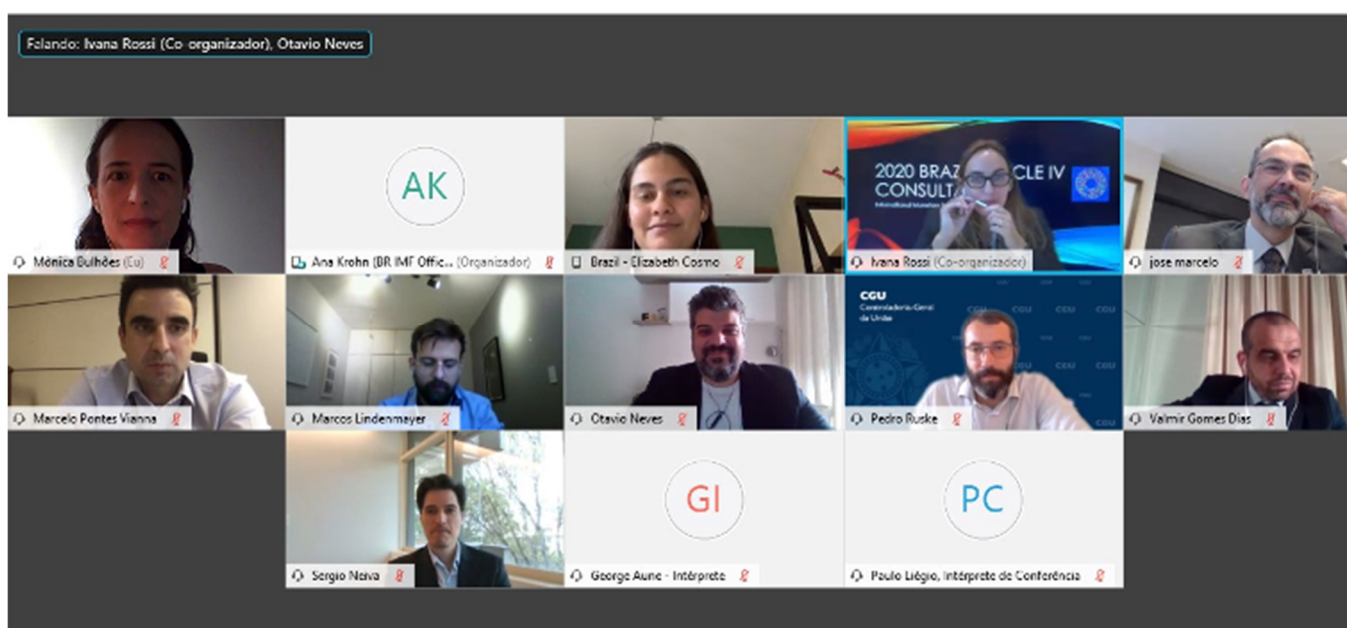
Além disso, o assunto é o tema da última [declaração conjunta dos membros da Conferência Internacional de Comissários de Acesso à Informação \(ICIC\)](#), publicada no último dia 28, da qual a CGU é uma das signatárias. O documento reafirma a importância do acesso à informação para o fomento da confiança pública nos governos e para a melhor compreensão da tomada de decisões públicas.

CGU PARTICIPA DE CONSULTA REALIZADA PELO FMI

O Fundo Monetário Internacional (FMI) realiza consultas regulares junto aos países, denominadas “*Article IV consultations*”. Esse monitoramento é realizado por especialistas do FMI que avaliam aspectos econômicos e políticas financeiras de cada membro, informações essas que são consolidadas e publicadas em [relatório anual](#). Nesse contexto, no último dia 30 de setembro, a Controladoria-Geral da União (CGU) participou de videoconferência realizada com representante do departamento jurídico do Fundo.

O secretário-executivo da CGU, José Marcelo Castro de Carvalho, respondeu aos questionamentos submetidos com o apoio do ouvidor-geral da União, Valmir Gomes Dias; do diretor de Responsabilização de Entes Privados, Marcelo Pontes Vianna; do diretor de Transparência e Controle Social, Otávio Neves; do diretor de Promoção da Integridade, Pedro Ruske; do coordenador-geral de Auditoria das Áreas de Logística, Transferências Voluntárias e TCE, Sérgio Neiva, e da chefe da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais, Elizabeth Cosmo.

Foram respondidas perguntas relativas à governança e políticas de combate à corrupção. Dentre os temas abordados, o secretário-executivo destacou as ações realizadas pela CGU em resposta à Covid-19, o uso de tecnologias para ações auditoria, análise patrimonial, transparência, participação social, acesso à informação e integridade.



Registro da videoconferência junto ao FMI

FOROS E REUNIÕES INTERNACIONAIS

ONU – 1ª SESSÃO RECONVOCADA DA 11ª SESSÃO DO GRUPO DE REVISÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA UNCAC E 11ª SESSÃO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO
(31 de agosto a 2 de setembro de 2020)



A diplomata brasileira Natasha Agostini discorrendo sobre ações da CGU no painel

O Grupo de Revisão da Implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC) realizou sua 11ª Sessão reconvocada, juntamente com a 11ª Sessão do Grupo de Trabalho sobre Prevenção da Corrupção, em formato virtual, no período de 31 de agosto a 2 de setembro. O encontro ocorreu em formato híbrido, com a presença física de delegados no *Vienna International Centre*, em Viena, Áustria, e com a presença virtual dos demais membros das delegações.

A delegação brasileira contou com a participação da Controladoria-Geral da União (CGU), representada pela Assessoria Especial para Assuntos Internacionais; da Advocacia-Geral da União; do Ministério das Relações Exteriores (MRE); do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério Público Federal.

Dentre os temas abordados, destacou-se o painel *“Boas práticas e iniciativas na prevenção da corrupção para o aumento da efetividade dos órgãos anticorrupção”*. Na ocasião, em intervenção proferida em coordenação com o MRE, a CGU fez constar seu modelo de organização baseado nas competências de prevenção, detecção e sanção, que possibilita ações anticorrupção mais eficientes, transparentes e tempestivas.

O Brasil também ressaltou o papel da tecnologia na busca da efetividade dos órgãos de combate à corrupção, com menção à plataforma “Fala.BR” de acesso à informação e ouvidoria, além da ferramenta “Alice”, utilizada pela CGU nas auditorias de licitações. Por fim, destacou a importância do estabelecimento de uma cultura de integridade como ferramenta efetiva de prevenção e combate à corrupção no setor público, que foi reconhecida pela Resolução 8/3, aprovada na Conferência dos Estados Partes da UNCAC de 2019, após proposição brasileira.

Durante o painel, o Secretariado do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes anunciou a publicação do documento *“Colombo Commentary on the Jakarta Statement on Principles for Anti-corruption Agencies”*, que atualiza entendimentos sobre os princípios que regem as agências anticorrupção.

A [Declaração de Jakarta](#), elaborada em 2012, estabeleceu um conjunto de parâmetros para o estabelecimento de agências anticorrupção, que incluem princípios como mandato, permanência, continuidade, liderança, recursos humanos e financeiros, dentre outros. Com passar do tempo, o *feedback* dos Estados Partes demonstrou a necessidade de se aprofundar a compreensão sobre os referidos princípios.

O [Colombo Commentary](#) congrega entendimentos, experiências e boas práticas adquiridas por agências anticorrupção das diversas regiões do globo de maneira a demonstrar como os princípios da Declaração de Jakarta são colocados em prática.

ONU – 1ª REUNIÃO INTERSESSIONAL DA CONFERÊNCIA DOS ESTADOS PARTES DA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA A CORRUPÇÃO
(2 a 4 de setembro de 2020)

A 1ª Reunião Intersessional da Conferência dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (COSP-UNCAC) ocorreu de 2 a 4 de setembro, em formato híbrido, com a participação presencial e virtual das delegações. O evento foi o primeiro de três reuniões intersessionais preparatórias para a Sessão Especial da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas sobre os desafios e as medidas para prevenir e combater a corrupção e fortalecer a cooperação internacional (UNGASS 2021), a ser realizada na sede da referida organização, em Nova Iorque, entre os dias 2 e 4 de junho do próximo ano.

Os focos temáticos da reunião intersessional foram: prevenção da corrupção, aplicação da lei e criminalização. Na abertura dos trabalhos, os co-facilitadores da negociação, Embaixadores Eric Anderson Machado (Peru) e Hamad Alkaabi (Emirados Árabes Unidos), apresentaram às delegações participantes a proposta inicial do projeto de Declaração Política a ser adotada durante a UNGASS 2021.

Durante a reunião, o Brasil aproveitou a oportunidade para reiterar seu compromisso com a implementação da UNCAC e o fortalecimento dos sistemas nacionais anticorrupção. A delegação brasileira destacou a importância da inclusão de temas centrais ao combate à corrupção na Declaração Política, como a promoção de uma cultura de integridade nos setores público e privado; o livre acesso à informação e o desenvolvimento de mecanismos eficazes para facilitar a obtenção de informações pelo público, inclusive por representantes da mídia; a proteção do denunciante de boa-fé; o fortalecimento de mecanismos de *compliance* de bancos e instituições financeiras; e a responsabilização de pessoas jurídicas por atos de corrupção.

A reunião contou, ainda, com a realização de painéis sobre os desafios e as abordagens para a prevenção da corrupção em tempos de crise – com apresentações de especialistas da Nigéria, das Filipinas e do Reino Unido – e sobre a erradicação da impunidade por meio do combate efetivo da corrupção, com a participação de representantes de Burkina Faso, Quirguistão, Lituânia, Peru e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Informações sobre as apresentações estão disponíveis [aqui](#).

A segunda reunião intersessional está prevista para ocorrer nos dias 19 e 20 de novembro, também em formato híbrido, e terá como foco temático a recuperação de ativos.

A delegação brasileira contou com a participação da Controladoria-Geral da União, representada pela Assessoria Especial para Assuntos Internacionais; da Advocacia-Geral da União; do Ministério das Relações Exteriores; do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério Público Federal.

G20 - 2ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO ANTICORRUPÇÃO E 3ª REUNIÃO CONJUNTA ACWG/WGB (7 a 10 de setembro de 2020)



O diretor Marcelo Pontes compartilha experiência de caso de responsabilização na reunião ACWG/WGB

O Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20 (*Anti-Corruption Working Group - ACWG*) realizou, em formato virtual, no período de 7 a 10 de setembro, a sua segunda reunião de 2020, sob a copresidência da Arábia Saudita e da Itália. A delegação brasileira foi chefiada por Elizabeth Cosmo, chefe da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais da Controladoria-Geral da União (CGU), e contou com a participação de representantes da Advocacia-Geral da União, da CGU, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério Público Federal.

A reunião teve como foco principal os preparativos para a realização da reunião ministerial dos países do G20, que ocorrerá virtualmente no dia 22 de outubro próximo. Entre outros assuntos, os membros do ACWG discutiram e aprovaram o texto final da Declaração Ministerial que será adotada durante a reunião de alto nível. Por meio da Declaração, as autoridades do G20 reafirmarão seu compromisso com o combate à corrupção e o fortalecimento da cooperação internacional. O Brasil será representado pelo ministro da CGU, Wagner Rosário.

Dada a crise excepcional causada pela pandemia, o ACWG discutiu a elaboração de um compêndio de boas-práticas sobre medidas de combate à corrupção na resposta à Covid-19. Os membros do grupo foram instados a compartilhar as ações adotadas para prevenir e combater a corrupção durante a pandemia. A CGU apresentou suas principais iniciativas, como a assistência ao Ministério da Saúde no monitoramento e na gestão de riscos nas contratações emergenciais; a colaboração com o Ministério da Cidadania para detectar irregularidades no pagamento do auxílio emergencial; a condução de operações especiais em conjunto com a Polícia Federal e os Ministérios Públicos; o uso do sistema ALICE para detectar discrepâncias em processos licitatórios; o lançamento do Painel Gerencial “Contratações Relacionadas à Covid-19”; além das medidas de transparência e incentivo ao controle social, como a publicação de informações no Portal da Transparência, o canal de denúncias exclusivo na plataforma “Fala.Br”, a página na internet reunindo as ações do governo federal relacionadas ao novo coronavírus, entre outras.

No dia 10 de setembro, ocorreu, ainda, a terceira reunião conjunta do ACWG e do Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional da OCDE (*Working Group on Bribery in International Business Transactions - WGB*). A agenda da reunião conjunta abordou temas prioritários identificados pelos grupos: corrupção no esporte e cooperação jurídica internacional durante a pandemia da Covid-19.

A primeira sessão fez um balanço das iniciativas em andamento e dos padrões atuais sobre corrupção no esporte, promovendo o compartilhamento de experiências e boas-práticas no tema, além de explorar possíveis sinergias entre o trabalho do ACWG e do WGB. O diretor de Responsabilização de Entes Privados, da Corregedoria-Geral da União, Marcelo Pontes Vianna, apresentou caso concreto de responsabilização conduzido pela CGU, relacionado a condutas ilícitas de pessoa jurídica e agentes públicos durante a realização da Copa do Mundo FIFA 2014, no Brasil.

A sessão seguinte destacou os desafios específicos que os países enfrentam, durante a pandemia, ao solicitar e responder pedidos de auxílio jurídico mútuo de países de ambos grupos. Os membros do ACWG voltarão a se reunir, ainda virtualmente, para sua terceira sessão de 2020 nos dias 19 a 21 de outubro.

OCDE - REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE SUBORNO TRANSNACIONAL (15 a 17 de setembro de 2020)



A chefe Elizabeth Cosmo chefiou a delegação brasileira na reunião do WGB

A Controladoria-Geral da União (CGU) participou, entre os dias 15 e 17 de setembro, de reunião extraordinária, em formato virtual, do Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional (*Working Group on Bribery in International Business Transactions - WGB*). A delegação brasileira, chefiada pela Assessoria Especial para Assuntos Internacionais da CGU, foi composta por representantes da Diretoria de Responsabilização de Entes Privados (Direp/CRG), da Diretoria de Acordos de Leniência (DAL/SCC), da Advocacia-Geral da União, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério Público Federal.

A reunião teve por objetivo antecipar o debate de dois temas que serão objeto de análise no trabalho de revisão da “Recomendação de 2009”: cooperação internacional e resolução de casos de corrupção por meio de acordos não-judiciais (acordos de leniência, colaboração premiada e acordos de não-persecução). Ambos temas deverão

ser incluídos no escopo das recomendações revisadas, que balizarão o processo de implementação da Convenção da OCDE sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais e servirão de orientação para o processo de avaliação a que todos os países-membros são submetidos.

A Recomendação de 2009, instrumento legal do qual o Brasil é signatário, serve como principal referência na implementação da Convenção da OCDE. Os dispositivos da Recomendação desenvolvem com detalhes os compromissos previstos no texto da Convenção e guiam a forma como os países signatários serão avaliados. Os membros do WGB vêm discutindo, ao longo de 2020, assuntos relacionados com a Convenção que ainda não contam com disposições específicas na versão em vigor da Recomendação ou cuja abordagem atual carece de maior detalhamento ou atualização.

Temas importantes como proteção de denunciante, técnicas especiais de investigação, casos multijurisdicionais, cooperação internacional, responsabilização de pessoa jurídica e resolução extrajudicial de casos de corrupção estão sendo debatidos pelo WGB. Esses temas poderão ser incluídos na avaliação do Brasil na quarta fase do monitoramento da implementação da Convenção da OCDE, que está prevista para 2022.

A próxima reunião ordinária do WGB será realizada, em formato virtual, entre os dias 12 e 16 de outubro e retomará os trabalhos rotineiros de monitoramento e avaliação dos países membros do grupo, além de continuar com os debates sobre a revisão da Recomendação de 2009. Ademais, o Brasil foi instado a apresentar novas atualizações em relação ao relatório submetido durante as reuniões de junho sobre as questões identificadas durante a Missão Oficial do WGB (*High-Level Mission*) ao país, ocorrida em novembro de 2019.

OCDE – REUNIÃO ANUAL DA AUDITORS ALLIANCE (23 de setembro de 2020)

O secretário Federal de Controle Interno, Antonio Carlos Leonel, representou a Controladoria-Geral da União (CGU) no encontro anual do comitê de Auditoria da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), denominado *Auditors Alliance*, em 23 de setembro de 2020. Em decorrência das restrições impostas pela pandemia, o evento deste ano foi realizado virtualmente.

O tema do encontro foi “Inovação da Auditoria em Circunstâncias de Crise”, *Audit Innovation in Times of Crisis*. A crise imposta pela Covid-19 repercute fortemente no planejamento e no desenvolvimento dos trabalhos de auditoria, como não poderia deixar de ser. A pandemia obriga a medidas governamentais sem precedentes para o enfrentamento de seus efeitos imediatos e das suas consequências de longo prazo, tendo em vista o grande impacto que vem apresentando para a sociedade mundial. Nesse contexto, o secretário enfatizou que os auditores estão sendo instigados a encontrar novas maneiras de auditar as medidas dos governos para o enfrentamento da pandemia, de modo a fornecer resultados tempestivos e oportunos.

Leonel também registrou que a circunstância atual cria um ambiente que estimula a criatividade e a inovação frente aos desafios que se colocam. Entre esses desafios, indicou a necessidade de se aprimorar as técnicas de auditoria por meio do uso de ciências de dados, além de destacar a importância do combate à corrupção. Também compartilhou as ações tomadas pela CGU relacionadas a esses desafios no âmbito da auditoria e dos danos de corrupção. O secretário asseverou que é imprescindível refletirmos sobre as valiosas lições que podemos tirar da gestão da crise da Covid-19 para o futuro.



O secretário Leonel fala sobre os desafios da Covid-19 para os auditores

A abertura do encontro foi promovida pelo secretário-geral adjunto da OCDE, Jeffrey Schlagenhauf, e Ina de Haan, analista de Políticas Públicas da OCDE. A participação do secretário Leonel deu-se na companhia da auditora-geral da África do Sul, Tsakani Maluleke, e do diretor de Investigações e Auditoria Forense do *Government Accountability Office* dos Estados Unidos, Howard Arp. Os debates foram mediados pela comissária do Conselho de Auditoria e Inspeção da Coreia do Sul, Minah Kang. O painel foi gravado e pode ser acessado [aqui](#).

Durante o encontro, ocorreu o lançamento da plataforma online da comunidade *Auditors Alliance*, a qual contou com a contribuição e colaboração da CGU no seu desenvolvimento. Adicionalmente, o coordenador-geral de Auditoria das Áreas de Logística, Transferências Voluntárias e TCE, da Secretaria Federal de Controle Interno, Sérgio Neiva, publicou um artigo intitulado *How internal audit can help get rid of bottlenecks: Applying consulting techniques and Artificial Intelligence tools to improve federal transfers in Brazil*, relatando o caso de uso do sistema “Malha Fina de Convênios”. A publicação pode ser visualizada na página da [OCDE](#), mediante cadastro, e na [Base de Conhecimento da CGU](#).

CONFERÊNCIAS, OFICINAS E WEBINÁRIOS INTERNACIONAIS

CONFERÊNCIA KDD (23 a 27 de agosto de 2020)

O KDD (*Knowledge Discovery and Data Mining* – Descoberta de Conhecimento e Mineração de Dados) é uma tradicional conferência anual que reúne pesquisadores e praticantes de todo o mundo dedicados a *data mining*, *data science*, *knowledge discovery*, *data analytics* em grande escala e *big data*. Realizada desde 1991 e considerada a conferência mais influente sobre o assunto, foi realizada virtualmente pela primeira vez na história no ano de 2020, no período de 23 a 27 de agosto.

Uma das marcas da conferência, a de possibilitar a realização de contatos e troca de ideias, foi amplamente incentivada. A plataforma tecnológica utilizada para a realização simulava um espaço físico de eventos, por onde

os participantes navegavam virtualmente escolhendo sua opção do que assistir ou fazer. O evento foi composto por tutoriais no formato de palestras, workshops, tutoriais “mãos na massa” e apresentação de pôsteres de pesquisadores.



A plataforma do KDD 2020

A pandemia da Covid-19 foi tópico de grande importância no evento. Utilizando-se de diferentes técnicas de inteligência artificial, foram abordadas questões como diagnóstico, melhor distanciamento social, modelagem epidemiológica da disseminação e operação otimizada de unidades de saúde.

Além disso, diversas áreas de aplicação de ciências de dados foram temas de apresentações: aprendizado de máquina aplicado a grafos, mineração, análise e extração de informações de textos, detecção de anomalias, previsões aplicadas a séries temporais, análise de sentimentos e opiniões, além de aplicações em campos diversos como finanças, comércio, medicina, esporte, física.

As possibilidades de aplicação de técnicas de ciências de dados são amplas e cada vez mais áreas tem se beneficiado das mesmas. Para a auditoria interna não é diferente. As auditorias contínuas já vinham fazendo uso intensivo de tecnologia, mas mesmo as auditorias convencionais têm se beneficiado de ciências de dados, pois é cada vez mais comum que os objetos auditados sejam apoiados por sistemas de informação e possuam grande massas de dados.

Nesta edição do KDD, nove servidores da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União participaram do evento, com vistas ao aprimoramento de competências técnicas na temática, visando ao incremento de qualidade dos resultados da atividade de auditoria interna governamental.

CONFERÊNCIA GERAL DO INSTITUTO EUROPEU EM CIÊNCIA POLÍTICA (24 a 28 de agosto de 2020)

A Controladoria-Geral da União participou da Conferência Geral do Instituto Europeu de Pesquisa em Ciência Política (*European Consortium for Political Research - ECPR*). Oito painéis discutiram temáticas relacionadas às tendências de pesquisa sobre corrupção. A servidora Maria Fernanda Colaço Alves, da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção, apresentou artigo, co-autorado por Temístocles Murilo de Oliveira,

Corregedor-Geral do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio), sobre “*Corrupção como risco e integridade como gestão de riscos: potenciais e desafios da gestão de riscos para a prevenção da corrupção*”.

O trabalho, disponível em inglês nesse [link](#), discute o surgimento da tendência da gestão de riscos como resposta essencial de prevenção da corrupção, tal qual difundido cada vez mais pelos *frameworks* e manuais internacionais, e discute algumas de suas implicações ao papel do controle interno.

WEBINÁRIO MANUAL DE INTEGRIDADE PÚBLICA DA OCDE (4 de setembro de 2020)

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) realizou, com o apoio da Controladoria-Geral da União (CGU), webinar sobre o [Manual de Integridade Pública da OCDE](#). O evento foi transmitido pela plataforma Teams e aconteceu durante a 2ª Reunião Técnica com as Unidades de Gestão de Integridade (UGIs), organizada pela Controladoria.

O objetivo do Manual é fornecer orientação aos governos, empresas e sociedade civil para a implementação da Recomendação da OCDE sobre Integridade Pública. O documento explica os 13 princípios da Recomendação e identifica os desafios envolvidos em sua implementação. O material é acompanhado de um conjunto de ferramentas práticas que permitem avaliar a maturidade dos sistemas de integridade.

O ministro da CGU, Wagner Rosário, iniciou os trabalhos e agradeceu a presença do palestrante Frédéric Boehm, analista de políticas públicas da OCDE e doutor em Economia, com mais de 15 anos de trabalhos e investigações sobre corrupção e governança. Na OCDE, Boehm lidera as atividades sobre integridade pública na América Latina, bem como as iniciativas sobre políticas de integridade baseadas em evidência e lições aprendidas das ciências comportamentais.



O ministro Wagner Rosário dá as boas-vindas ao analista da OCDE, Frédéric Boehm

Na ocasião, o analista detalhou os capítulos 3, 8 e 10 do Manual de Integridade Pública da OCDE, que tratam de Estratégia de Integridade, Capacitação e Gestão de Riscos. Ao final da apresentação, foram recebidas e debatidas perguntas da audiência.

WEBINÁRIO INTEGRIDADE NA TOMADA DE DECISÃO: AUMENTANDO A CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS (23 de setembro de 2020)



Registro do Webinário, com a presença do ministro Wagner Rosário

CGU, Carolina Carballido.

As palestras ficaram a cargo de dois analistas de políticas da Diretoria de Governança Pública da OCDE: Santiago González, que é analista sênior da divisão de Indicadores de Governança e Medição de Desempenho e lidera o trabalho sobre os determinantes da confiança institucional, e Mariana Prats, doutora em ciência política e ciências sociais, que atua como analista de políticas na mesma equipe da instituição.

González apresentou os marcos da OCDE para compreender e medir os determinantes da confiança. Segundo ele, a importância da confiança está no fato de ela ser o pilar da legitimidade institucional e da coesão social. Além disso, impacta no êxito das políticas públicas, reduz custos de operação e influencia decisivamente na tomada de decisão de investidores e consumidores. González explicou também que elementos determinantes da confiança institucional são competências e valores, os quais foram detalhados pela OCDE em cinco dimensões da política: capacidade de resposta, confiabilidade, integridade, abertura e equidade.

Mariana Prats elencou cinco principais riscos à integridade, à abertura e à equidade: acesso desigual na tomada de decisão, deturpação na representação de interesses, critérios pessoais, potenciais conflitos de interesses e evidência enviesada ou de má qualidade. Esses riscos aumentam em situação de pandemia, com a necessidade de procedimentos de emergência e a concentração de poder, dentre outros. De acordo com Prats, para assegurar que haja integridade, abertura e equidade na tomada de decisões, a OCDE apresenta uma estratégia baseada em quatro elementos: garantia de acesso equitativo; transparência das informações relativas ao processo; promoção de boas práticas e guias de integridade; e fomento à prestação de contas e regulamentos que controlem a influência indevida.

INTEGRIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO (30 de setembro de 2020)

A Secretaria de Cúpulas da Organização dos Estados Americanos (OEA), em coordenação com a Organização para o Desenvolvimento e Cooperação Econômica (OCDE), promoveu oficina sobre integridade no serviço público. A Controladoria-Geral da União (CGU) foi representada pela coordenadora-geral de Integridade Pública (DPI/STPC), Carolina Carballido.

Em formato virtual, o encontro se deu no âmbito dos trabalhos de continuação e implementação da Oitava Cúpula das Américas. Os países convidados compartilharam desafios, experiências e boas práticas sobre a construção de uma cultura de integridade na Administração Pública.

A reunião contou com apresentação da OEA sobre as Recomendações do Mecanismo de Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (MESICIC), no que tange às disposições sobre integridade no serviço público. Na sequência, a OCDE apresentou o capítulo 7 do seu Manual de Integridade Pública.

O capítulo 7 do Manual de Integridade Pública da OCDE dispõe sobre meritocracia e a importância de se ter serviços públicos com nível máximo de profissionalização, com indicações para postos lastreadas no

mérito e na capacidade dos servidores. Dessa maneira, contribui-se para a promoção de valores e da boa governança.

Os representantes do Brasil, Argentina, Colômbia, Costa Rica, Equador, Peru e Chile discutiram sobre suas iniciativas para a integridade pública, relacionando as ações locais voltadas para a promoção da meritocracia e vinculando com o previsto no Compromisso de Lima (produto da Oitava Cúpula das Américas) e no Plano de Ação para implementação desse Compromisso, elaborado pela OCDE.

A oficina foi encerrada com discussão, mediada pela OCDE, que indagou se os países estavam ou não preparados para enfrentar os riscos para a integridade decorrentes da situação de emergência advinda da pandemia da Covid-19.



A coordenadora-geral Carolina Carballido representou a CGU na oficina